

Brizolões são derrubados na Sistematização

Uma proposta de construir Centros Integrados de Ensino Público (CIEPs) — ou Brizolões — em todo o País foi rejeitada ontem de manhã pela Comissão de Sistematização. A proposta partiu do deputado José Maurício (PDT-RJ), que queria incluir no texto constitucional, exatamente no artigo 235, a obrigatoriedade de o Estado “prover apoio suplementar ao ensino fundamental, através da construção de Centros Integrados de Ensino Público, com turno único e programa de assistência gratuita ao aluno em material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médica, odontológica, farmacêutica e psicológica”.

José Maurício argumentou que apesar de ter sofrido distorções, o programa dos CIEPs, desenvolvido durante o governo Brizola, garantiu igualdade de acesso ao ensino a todos os interessados. “O modelo está pronto. Fora dele, o que há é o caos educacional”, afirmou. Ao contestar a emenda, o deputado Otávio Elísio (PMDB-MG), classificou a proposta de interessante, mas lembrou que se ela fosse aprovada e consequentemente, incluída no projeto de Constituição, a assistência aos estudantes pelo Estado estaria restrita aos matriculados nos CIEPs. Mais crítico, o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator auxiliar da Comissão de Sistematização, apontou que os objetivos da emenda já estavam atendidos em outros pontos do substitutivo e disse que “a matéria proposta

é uma política de governo, e não tema constitucional”. Fogaça afirmou considerar a emenda “demagógica” e despertou a revolta do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que partiu, exaltado, em defesa dos CIEPs e da emenda. Não adiantou. Posta em votação, a emenda de José Maurício foi derrotada por 78 votos contra 10, além de três abstenções.

ASSISTÊNCIA

Outra emenda rejeitada na sessão de ontem foi a de autoria do deputado Elieir Rodrigues (PMDB-PA), propondo que “as instituições ou entidades que sem fins lucrativos prestam serviços de atendimento ou assistência social na recuperação de deficientes, superdotados, toxicômanos, alcoólatras ou outros desvios do comportamento normal, merecerão reconhecimento de estímulo e apoio, inclusive subvenção do poder público e/ou da iniciativa privada”. Apenas o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) se manifestou favoravelmente à proposta. O relator Auxiliar, deputado Konder Reis (PDS-SC), contudo, argumentou que parcialmente a emenda já estava contemplada no projeto e que “do ponto de vista técnico-jurídico, não há como forçar o poder público e a iniciativa privada a subvencionar entidades. Este é um trabalho voluntário, sem obrigatoriedade constitucional”, afirmou. Ao ser votada, a emenda terminou rejeitada por 48 votos contra 32, além de uma abstenção.

A reserva passa

O princípio da reserva de mercado foi introduzido no texto constitucional, com a aprovação de 68 parlamentares, contra 20, tendo apenas uma abstenção. O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) entrou com pedido de destaque para que fosse votado o texto original de Bernardo Cabral, em substituição ao atual.

Embora não explicitada no texto, a reserva de mercado fica subentendida através da expressão “patrimônio nacional”. A redação aprovada estabelece que o mercado interno integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da Nação.

INVESTIMENTO

Para a aprovação, foram decisivos os dados apresentados pelo constituinte José Costa (PMDB-AL): no setor de informática existem no País 333 empresas que faturam 3 bilhões de dólares. Apenas 33 são multinacionais mas representam 50 por cento desse faturamento. A IBM, nos seus 70 anos de atuação no Brasil, investiu 160 milhões de dólares e, em 1986, faturou 826 milhões de dólares, sendo 20 por cento de lucro. Ainda, o Governo brasileiro investe nessa área 400 milhões de dólares enquanto que a IBM, somente nos Estados Unidos, investe 2 bilhões de dólares.

MARCOS HENRIQUE



A Comissão de Sistematização teve sessão movimentada para votar a destinação de recursos da Educação

Mantidas verbas do ensino

Escolas públicas ou privadas terão ajuda do Governo

Em sessão muito movimentada, a Comissão de Sistematização manteve a destinação de recursos públicos às escolas públicas, podendo ser dirigidos a estabelecimentos confessionais, filantrópicos ou comunitários. A primeira tentativa de mudança no texto de Bernardo Cabral partiu do deputado Florestan Fernandes (PT/SP) ao propor que verbas públicas fossem destinadas exclusivamente às escolas oficiais.

Apesar da pressão das galerias, integradas por professores de todo o País, a emenda foi rejeitada por 57 votos a 27. Através de palmas ou vaivas sistemáticas, que levaram o presidente da Mesa, deputado

Brandão Monteiro a ameaçar de retirar todos das galerias. Quando oficializado o resultado da votação, os representantes da Confederação dos Professores Brasileiros responderam aos constituintes com uma solene vaia.

Florestan Fernandes argumentou que o Brasil uma vez admitindo o pluralismo democrático na educação, não pode destinar recursos aos três tipos de escola — confessional, filantrópica ou comunitária — pois não haveria razão para existência desse pluralismo. Pela necessidade de se combater o analfabetismo no País e o baixo nível do ensino, e para se produzir um conhecimento científico e técnico, o deputado pediu apro-

vação de sua emenda para “não sofrermos os vexames que sofremos hoje”.

“Poderíamos concordar com a emenda, mas temos que levar em consideração não o veículo mas o destino da ação educacional, que é o aluno”, disse o deputado Eraldo Tinoco (PFL/BA), posicionando-se contra.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), falando pela relatoria, defendeu o texto de Cabral, por ser democrático, aberto e moderno. Condenou a idéia que se faz no Brasil de que escola pública é somente a oficial, quando na verdade é aquela aberta ao povo, sem discriminação.

ESCOLAS PRIVADAS

A Comissão de Sistematização também rejeitou —

por 71 votos a 15 e três abstenções — emenda do deputado Mozarildo Cavalcante (PFL/RR) propondo ampliação na destinação dos recursos públicos às escolas particulares. Mozarildo afirmou que a emenda dá tratamento prioritário à escola pública, mas não retira a possibilidade de entidades que atendem a milhares de estudantes, concorrerem aos recursos públicos.

Pedindo a rejeição da emenda, o deputado José Genoíno (PT/SP) afirmou que dinheiro público não pode ser destinado a grandes entidades que visam somente o lucro.

Aprovada autonomia universitária

A autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades brasileiras foi aprovada pela Comissão de Sistematização em sua sessão matutina de ontem. O texto aprovado praticamente repetiu o do substitutivo, apenas excluindo a expressão “nos termos da lei” do caput do artigo 239. Este termo, segundo os constituintes poderia limitar a autonomia. A emenda que propôs tal modificação foi de autoria do deputado Jorge Hage (PMDB/BA). Longamente debatida e bastante contestada, ela terminou sendo aprovada pela maioria esmagadora dos votos: 74 constituintes disseram sim, 13 disseram não e quatro se absteram.

A emenda de Jorge Hage modificou também o parágrafo segundo do artigo 239 do substitutivo. De acordo com o texto inicial, “o ensino superior far-se-á com observância ao princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa”. Por considerar a redação incompleta, Hage propôs uma am-

pliação: “A educação superior far-se-á com observância ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da garantia de padrão de qualidade”.

Com a manutenção do outro parágrafo do artigo — o primeiro — cuja modificação não foi solicitada pela emenda de Jorge Hage, ficou definido no texto aprovado que as comunidades interessadas poderão participar do controle e da gestão financeira e patrimonial das universidades, na forma da lei. Uma emenda do deputado Agripino Oliveira Lima (PFL/SP), apreciada em seguida, porém, tentou retirar este dispositivo do texto. Mas sem o apoio da maioria dos constituintes — 67 votos contra 21 — ela acabou rejeitada.

DISCUSSÃO

A emenda de Jorge Hage terminou promovendo a única modificação no texto do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) na sessão de ontem de manhã. Ao apresentá-la, Hage expli-

cou que seu conteúdo expressava melhor a luta desenvolvida através dos tempos pelos vários segmentos da sociedade, especialmente a comunidade universitária, no tocante à autonomia. O deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ), entretanto, falou contra a proposta, argumentando que não limitaria por alguma lei seria absurdo. “Tem que haver uma regulamentação. Caso contrário, ninguém mais vai fazer administração financeira e econômica neste País”, disse. Também o deputado Paes Landim (PFL/PI) atacou a emenda, ao contrário do deputado Eraldo Tinoco (PFL/BA), que a apoiou integralmente. O apoio decisivo para a aprovação, porém, foi dado pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ).

Na condição de relatora auxiliar, Sandra afirmou que a emenda do deputado Jorge Hage “aperfeiçoa e corrige uma omissão do texto do relator, incluindo o termo extensão”. Para a deputada, a discussão em

torno da supressão da expressão “nos termos da lei” do caput do artigo 239 “é uma bobagem” porque “de qualquer maneira vai existir uma lei à qual a autonomia estará vinculada”.

Antes de ser iniciada a votação, o deputado José Lins (PFL/CE) tentou argumentar que era preciso votar outra emenda — a de autoria do deputado Agripino Oliveira Lima —, que por ser supressiva teria prioridade sobre a do deputado Jorge Hage, que era modificativa. O presidente da sessão, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), viu nas palavras de Lins uma tentativa de obstrução da votação, já que a discussão da emenda acontecia há mais de 40 minutos. Enérgico, Fernando Henrique avisou que passaria a admitir apenas a defesa de um constituinte e o ataque de outro, em cada emenda. “Em nome da democracia, vou cumprir o regimento, vou apreciar todas as matérias previstas”, disse, iniciando em seguida a votação da emenda de Hage.

Hoje é dia de votar o que não é constitucional

O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal. Fica extinto o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural. E mantida a Zona Franca de Manaus. Os seringueiros recrutados nos moldes de Decreto de 1943, os chamados soldados da borracha receberão pensão mensal vitalícia no valor de três salários mínimos. Embora possa não parecer os dispositivos acima mencionados farão parte da nova Constituição caso a Comissão de Sistematização, hoje, e o plenário mais tarde, mantenham integralmente o título das disposições transitórias do substitutivo do relator Bernardo Cabral.

É um título onde — expli-

cação óbvia — os constituintes tentarão incluir tudo o que não trata de matéria constitucional ou permanente, tudo aquilo que, nas palavras do líder do PTB, Gastone Righi, “é conjuntural e casuístico”.

— E a latrina, a fedentina, a bandalheira — disse o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB PE), ao explicar o que são as disposições transitórias em sua opinião.

— Tem muito besteiro! O que for besteiro, nós vamos tirar — afirma, por sua vez, o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), mas o relator-adjunto José Fogaça admite que as disposições transitórias são casuísticas, “mas não negativos”.

A hora é de união

EXPEDITO QUINTAS

As classes empresariais, mais do que nunca, necessitam de unidade de objetivos e de solidariedade monolítica nas ações que empreendem, no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, com vistas a racionalizar o avanço das conquistas sociais para cuja sustentação a iniciativa privada não dispõe de meios e de fins, capazes de viabilizá-las. Até aqui, nas decisões que adotou, a Comissão de Sistematização está exigindo do sistema empresarial, um cheque em branco para fazer face aos imensos encargos financeiros que decorrerão da estabilidade no emprego, do pagamento das horas extras de trabalho, em dobro; da redução da carga semanal de trabalho para 44 horas, no máximo; da imprescritibilidade dos direitos trabalhistas, da licença das gestantes para 120 dias, do seguro obrigatório e das férias integrais, entre outras iniciativas, interessando a ordem social, sem cuidar de seus reflexos na ordem econômica.

Estudos preliminares levantam dados inquietantes sobre os desdobramentos da redução da carga semanal de trabalho e da licença das gestantes. O primeiro deles implicaria na ampliação forçada do mercado de trabalho, com a criação de perto de 2,7 milhões de empregos, tão pronto sejam liberadas as horas, excedentes das 44 fixadas pelo Substitutivo Bernardo Cabral. Como alternativa para esse desdobramento haveria o pagamento do tempo excedente, em dobro, também onerosíssimo em seus efeitos. Isto porque a riqueza a ser gerada seria a mesma e a ela seriam agregadas tão-só maiores despesas. Outro problema que preocupa diz respeito à licença gestante. Tomando-se por base a presença feminina na população economicamente ativa e selecionando-se as mulheres com idade compreendida entre 15 e 40

anos, anualmente 7 milhões de meses seriam desativados em razão dessa licença, a qual se juntaria um mês completo de férias, para 1,4 milhão de mulheres empregadas regularmente e que dão à luz todos os anos, dentro do atual quadro demográfico brasileiro. No caso das horas semanais os custos adicionais a serem repassados ao consumidor poderão ascender a 1 trilhão de cruzados, a cada 365 dias. No caso das gestantes haverá um vazão anual superior a 530 mil anos na força de trabalho, com graves perturbações na área do emprego e reflexos imprevisíveis, capazes de complicar e inviabilizar a presença do sexo feminino no contexto empregatício.

O recente episódio da votação equivocada do Senador Albano Franco, por ocasião da deliberação sobre o monopólio de empresas nacionais para a distribuição dos derivados do petróleo, contém indicativos que evidenciam falta de unidade das lideranças empresariais. Ninguém pôde em dúvida a posição do presidente da CNI em relação ao tema. Seu voto, além de não ser decisivo, foi plenamente justificado perante a Mesa da Comissão de Sistematização, em declaração por escrito de voto e onde as circunstâncias foram por inteiro esclarecidas, embora desnecessariamente.

Numa reação irrefletida outras lideranças se puseram em posição hostil ao presidente da CNI, exigindo, inclusive, seu afastamento daquelas elevadas funções à qual vem dando um particular relevo, na luta empreendida em favor da iniciativa privada. O esperado, por isso mesmo, é que se refaça a frente solidária em defesa da livre empresa e que todos os seus valores se somem dentro de diretrizes saudáveis e que contribuam para conciliar os interesses da ordem social e da ordem econômica, em nossa futura Carta Magna.